



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região

XXII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO
PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
São Paulo, 22 de novembro de 1997

1 = Efeitos da falência na execução trabalhista.

2 = Constatado por perícia médica que o empregado não mais está apto a exercer atividades perigosas ou insalubres, pode o empregador readaptá-lo em outra função suprimindo o adicional anteriormente concedido? Justifique.

3 = O cônjuge sobrevivente, não inventariante, tem legitimidade processual para representar o espólio reclamante? Justifique.

4 = A intervenção estatal na atividade empresarial para assegurar a continuidade de um serviço público concedido ou permitido acarreta sucessão trabalhista? Justifique.

5 = A antecipação da tutela (art. 273 do CPC) compatibiliza-se com a natureza da ação rescisória? Justifique.

6 = O seqüestro de recursos municipais para prover à satisfação de atualização monetária de débito trabalhista pago sem o mencionado acessório ofende o art. 100 da Carta Republicana? Justifique.

7 = À vista do disposto no parágrafo único do art. 442 da CLT., seria correto afirmar que as Cooperativas de Trabalho podem atuar como intermediadoras de mão de obra de trabalhador urbano ou rural? Justifique.

8 = Como será processada a execução e quais suas eventuais limitações, quando apenas parte da sentença exequenda estiver sendo impugnada por meio de recurso?

9 = Reajuste salarial resultante de sentença normativa objeto de recurso ordinário perante o TST, não cumprido pelo empregador, pode ser objeto de execução em ação de cumprimento com sentença passada em julgado, ainda que o recurso junto ao Tribunal Superior venha a ser provido para excluir aludida vantagem? Fundamente.

10 = Qual a medida processual cabível para atacar decisão antecipatória de tutela concedida na primeira instância, em que se determinou a reintegração de empregado portador de estabilidade sindical? Fundamente.